



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

***OCCASIONAL PAPER N.º 37***

**A GESTÃO EUROPEIA DO DOSSIER RUSSO**

*Bernardo Pires de Lima, Instituto da Defesa Nacional*

Setembro | 2008

Foi um enorme e duro teste aquele que a União Europeia (UE) teve que atravessar durante o mês de Agosto, um mês maldito para qualquer gestão de assuntos que extravasem a sua sempre preenchida agenda legislativa. Desde 7 de Agosto, altura do início das hostilidades entre a Geórgia e a Rússia, e 1 de Setembro, data da reunião europeia ao nível dos chefes de governo para uma tomada de posição conjunta, o presidente em exercício, Nicolas Sarkozy, fez o que pode. Pedir mais seria cair na tentação de pôr a letra de um Tratado em banho-maria em vigor ou fechar os olhos ao tónico que marca as distintas relações bilaterais entre europeus e russos.

Mas há sempre quem queira negar a realidade, construindo um mundo (necessariamente europeu) que não existe e dificilmente existirá. Os bons ofícios exigiam apenas isto: assumir a responsabilidade política de mediar um conflito nas fronteiras da UE; responder a uma potência com quem se estabeleceu uma parceria estratégica (e aqui Portugal não pode fugir ao protagonismo que assumiu em 2007); e

ter em conta que a energia é a arma de Moscovo, com a qual os europeus estabeleceram uma relação comercial bipolar: de um lado, muitos deles são parcial ou totalmente dependentes do gás russo; do outro, Moscovo sabe, contudo, que a sua quase exclusiva dependência económica resulta precisamente das exportações energéticas para essa Europa.

As três exigências enumeradas acima foram sucessivamente seguidas pela presidência francesa, mesmo que Bernard Kouchner tenha assumido o papel de *frontman* na confrontação verbal com o Kremlin, para que depois Sarkozy pudesse acalmar as hostes e equilibrar as posições dos vinte sete. No final, acabou por prevalecer um *british approach*, nada que não se saude. Primeiro, mediou a crise com um plano relativamente célere de seis pontos. Segundo, monitorizar, em parceria com os EUA, o cumprimento desse plano, sobretudo a retirada militar russa das regiões secessionistas. Terceiro, tomar uma posição europeia de denominador comum face às condicionantes que cada membro apresenta relativamente à Rússia.

Há um erro que ocorre sempre que se aborda esta questão. Geralmente, os críticos permanentes das posições externas ou de segurança da União apontam sempre para um dever ser da sua acção política. Ora, o que é verdadeiramente relevante aqui, não é saber o que devia ter sido feito para diminuir a dependência energética – e, por via disso, política – face à Rússia. O que se pede a um decisor político – ou, neste caso, a vinte e sete distintos decisores políticos – é que tome uma posição condizente com o papel que assumiu na altura de iniciar funções, que responda pragmática e sensatamente a uma crise, que promova a coesão europeia sabendo de antemão que esta vive de condicionalismos muito próprios em cada Estado.

Por outras palavras, o que se exige a uma liderança europeia é firmeza face às intenções estratégicas russas e realismo face à necessidade de contar com Moscovo para dossiers como o Irão. Assim, interessa isso sim, prevenir que uma crise gémea venha a suceder na Ucrânia, um país fundamental no verdadeiro objectivo europeu face ao desafio russo: um mercado energético europeu onde a Ucrânia estivesse inserida e que, no que toca à relação energética com Moscovo estabelecesse uma reciprocidade negocial clara; no que toca ao rumo da política energética europeia, fosse inteligente o suficiente para enveredar por canais de abastecimento energético não só alternativos na fonte, como diversificados no modelo. O sinal para a Ucrânia deve ser já dado na próxima cimeira bilateral, marcada para 9 de Setembro.

O primeiro sinal dado nesta reunião extraordinária – a primeira desde 2003, na altura devido ao Iraque – é a manutenção do papel mediador que assumiu com relativo êxito: a guerra não se prolongou e a UE foi central nesse desenlace. O segundo ponto a reter é

o adiamento das negociações para a renovação do acordo de parceria. E aqui o tom é simples: congelar este acordo-quadro não significa uma ruptura mas deixa caminho livre a interpretações. A UE sabe muito bem que a Rússia também precisa dos compradores europeus de energia para continuar a sustentar o seu modelo de Estado. O terceiro sinal dado é o de supervisionar com outras organizações a reconstrução da Geórgia. Ora, sabemos bem como é que estes processos têm terminado: com a adesão dos auxiliados. Pode muito bem acontecer que a Geórgia jamais cumpra os critérios de entrada, é certo. Mas não se podem criar expectativas (e esta é uma política que merecia alguma reflexão pelos decisores europeus) a um conjunto de Estados que se têm esforçado para cumprir esses critérios (Turquia, Ucrânia, Balcãs) e negar pura e simplesmente a outros esse esforço. O ónus deve ser colocado muito mais no que faz o candidato, sem existir um tácito fechar de portas.

Este pode, inclusivamente, ser o caminho mais razoável a seguir pela União para lidar com a Geórgia e a Ucrânia nos próximos tempos: a possível adesão à UE antes mesmo de uma adesão à NATO. Ao contrário do que os últimos alargamentos nos mostraram – a Europa de Leste e os países Bálticos aderiram primeiro à NATO e depois à UE –, e agora que se lida com os condicionalismos das relações com Moscovo e com uma hostilidade de parte da Ucrânia à existência (nem falo da adesão) da NATO, evitava-se um clima menos inquinado se se deixasse, por algum tempo, o dossier NATO de lado e se apostasse mais no dossier UE. E por duas razões simples.

Primeira, a União demonstrava um correcto entendimento do que é a sua segurança, percebendo que esta é sobretudo a da sua vizinhança mais próxima (como fez com o Mediterrâneo e os Balcãs). Segundo, assumia responsabilidades próprias sem necessitar do directo envolvimento dos EUA que, com toda a falta que nos fazem, agradecerão certamente que os deixem ocupados com os problemas no Afeganistão, Iraque, Paquistão e Irão.

Quando um primeiro-ministro polaco saúda uma declaração como a tida pela União, pouco há a acrescentar. Donald Tusk e os polacos sabem perfeitamente o que está em causa. Feitas as contas e para desilusão de muitos “europeístas”, o mês de Agosto trouxe o melhor da França à decisão política europeia: realismo, sensatez e prudência. Seria bom que assim continuasse.